

5.8.3. exercer a função de nível operacional de suporte das atividades do CICC;

5.8.4. prover os meios necessários para o funcionamento do departamento ao qual se vincula, inclusive com a aplicação de técnicas e métodos de trabalho voltados para qualidade e produtividade;

5.8.5. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas por lei e no regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;

.....(NR)"

Art. 6º Os Anexos I e III à Lei nº 3.173, de 2025, passam a vigorar na conformidade dos Anexos I e II a esta Medida Provisória.

Art. 7º A Lei nº 2.767, de 22 de novembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

§ 1º

I - a concessão patrocinada, a concessão administrativa e a concessão regida por legislação setorial;

§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, nos moldes do art. 2º, § 3º, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 6º Além das exigências contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação que versa sobre controle externo, o órgão gestor central do Sistema Estruturante de Planejamento enviará ao Gabinete do Prefeito, no primeiro semestre do ano subsequente, relatório detalhado com os dados sobre o andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do PPI-PALMAS ocorridos no ano anterior.

Art. 7º

Parágrafo único. A concessão ou permissão do serviço público essencial de transporte coletivo urbano de passageiros no Município, previsto no art. 30, inciso V da Constituição Federal, não se sujeita à deliberação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias e Investimentos do Município de Palmas (CPPI-PALMAS).

Art. 8º O CPPI-PALMAS é composto por 5 (cinco) membros, com direito a voto, titulares das Pastas a seguir:

I - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Licitações, que o Presidirá, conferindo-lhe voto de qualidade em caso de empate;

II - Secretário Municipal de Finanças;

III - Secretário-Chefe da Casa Civil do Município;

IV - Procurador-Geral do Município;

V - Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária;

§ 1º As reuniões do Conselho serão dirigidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, quando presente.

§ 6º As reuniões ordinárias do Conselho terão periodicidade semestral, e o Presidente, sempre que necessário, poderá convocar reuniões extraordinárias.

§ 7º Caberá ao titular do órgão gestor central do Sistema Estruturante de Planejamento, em conjunto com o titular do órgão setorial detentor da competência para proceder à execução das ações previstas no art. 1º desta Lei, a prerrogativa de deliberar nos casos de urgência e de relevante interesse, ad referendum do Conselho, que analisará a matéria em reunião imediatamente seguinte.

Art. 16-A. A Secretaria Executiva do Programa de Parcerias e Investimentos, vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Licitações, é responsável pela coordenação e apoio técnico nos processos administrativos de contratação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos que objetivem parcerias público-privadas. (NR)"

Art. 8º São convalidados os atos praticados pela Secretaria Municipal de Habitação, a partir de 1º de janeiro de 2025, relativos ao Programa Palmas Solar, previsto na Lei Complementar nº 327, de 24 de novembro de 2015.

Art. 9º Os cargos de Assessor Especial Jurídico, DAS-4, previstos no Anexo III da Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025, são vinculados à Procuradoria-Geral do Município para fins de gerenciamento e lotação nos órgãos e entidades do Município, de acordo com as necessidades do serviço, conforme critérios definidos em ato próprio do Procurador-Geral do Município.

Art. 10. Os cargos de Assessor Parlamentar I, DAS-1, e de Assessor Parlamentar II, DAS-2, previstos no Anexo III da Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025, serão redistribuídos pela Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito aos órgãos e entidades da administração, mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 11. Os cargos de Assessor Técnico, DAS-5, e de Assistente de Gabinete, DAS-7, previstos no Anexo III da Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025, serão redistribuídos pela Secretaria Municipal de Administração e Modernização aos órgãos e entidades da administração, mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 12. São extintos, no Anexo II à Lei 2.842, de 1º de março de 2023, os seguintes cargos, a partir de 9 de maio de 2025, com os respectivos quantitativos:

I - Motorista de Transporte Coletivo, 344 (trezentos e quarenta e quatro);

II - Fiscal de Transporte Coletivo, 30 (trinta);

III - Assistente Administrativo de Transporte Coletivo, 26 (vinte e seis);

IV - Agente de Manutenção de Transporte Coletivo, o qual subdivide-se em:

a) Almoxarife, 3 (três);

b) Assistente em Eletrônica, 1 (um);

c) Auxiliar de Garagem, 1 (um);

d) Auxiliar de Manutenção, 1 (um);

e) Auxiliar de Mecânico, 1 (um);

f) Auxiliar de Limpeza, 1 (um);

g) Borracheiro, 2 (dois);

h) Chefe de Garagem, 1 (um);

i) Eletricista, 3 (três);

j) Frentista, 1 (um);

K) Lanterneiro, 3 (três);